

14 FEV 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Tensão entre Poderes

CPI dos tribunais e outras propostas de setores bolsonaristas soam como revanchismo descabido, embora haja de fato muito a aprimorar no Judiciário

Na vida real, a relação entre os Poderes republicanos nem sempre se dá com a harmonia preconizada pela Constituição. A política, afinal, se faz primeiro afirmando as diferenças para depois tentar apará-las pela negociação.

Suscita preocupações, entretanto, o ensaio de queda de braço entre a cúpula do Judiciário e setores mais inflamados do governo no Congresso. As origens da animosidade vêm de antes da eleição, quando o Supremo Tribunal Federal se colocou como anteparo a alguns dos ímpetos mais tresloucados de bolsonaristas.

A corte reagiu com vigor ao desvaneio golpista de Eduardo Bolsonaro, segundo o qual bastariam um cabo e um soldado para fechá-la. Ministros também deram indicações de que barrariam projetos mais flagrantemente inconstitucionais, como o Escola sem Partido.

Nos dias finais da campanha, o STF chegou a impedir policiais de entrar em universidades para, fazendo mau uso da legislação eleitoral, reprimir o que seriam manifestações antibolsonaristas.

Mais recentemente, o presidente do tribunal, Dias Toffoli, determinou que a votação para a presidência do Senado fosse secreta, o que desagradou à ala governista, defensora do sufrágio aberto.

Uma espécie de revanche se fez perceber. Em poucos dias de mandato, parlamentares tentaram articular a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destina-

da a investigar corrupção no Judiciário, batizada, com açodamento revelador, de Lava Toga.

Também se movimentaram para reverter a emenda constitucional que elevou a aposentadoria compulsória de servidores públicos de 70 para 75 anos —o que, ao menos na intenção, abriria quatro vagas no STF para Bolsonaro preencher— e falaram em usar o impeachment contra magistrados.

Na melhor e mais provável hipótese, essas ideias — típicas de um bolsonarismo histriônico — visam mais a marcar posição e demonstrar força do que a partir de fato para um conflito institucional.

Alguns senadores foram rápidos para retirar suas assinaturas do pedido de CPI. Toffoli e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, almoçaram juntos. Fala-se menos em reverter a PEC da Bengala, e impeachments não parecem estar no horizonte realista de eventos.

A aparente acomodação é positiva. Um confronto entre dois Poderes legítimos e necessários em nada contribuiria para o país. Isso não significa, porém, que o entendimento deva dar lugar ao adeusismo ou à inércia dos dois lados.

Precisa-se, sim, de um Supremo independente, capaz de fazer frente aos excessos de um governo de inclinações populistas e voluntaristas. Não resta dúvida, por outro lado, de que há muito a aprimorar, inclusive por meio do Legislativo, num Judiciário repleto de privilégios e pouco afeito à transparência.

14 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Parlamentares promovem investida contra STF e tentam mostrar força

## Base de Bolsonaro quer marcar posição contra ministros da corte e bloco da 'velha política'

BRASÍLIA Deputados e senadores bolsonaristas que promovem uma ofensiva contra o Supremo Tribunal Federal tentam dar uma demonstração de força da base ao Poder Judiciário e também ao que chamam de velha política no Congresso.

Aliados do presidente, ao atacar o "ativismo judicial", criticam a proteção recíproca entre ministros do Supremo e políticos tradicionais enrolados com a Justiça. Se, de um lado, congressistas como o senador Renan Calheiros (MDB-AL) têm numerosos inquéritos no currículo, os ministros do Supremo são objeto de 28 pedidos de impeachment.

Uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar eventuais excessos em tribunais superiores, apelidada de "Lava Toga", foi arquivada no Senado por falta de apoio na segunda-feira (11).

Para congressistas bolsonaristas, como o senador Major Olímpio (PSL-SP), foi mais uma demonstração de que "a velha política ressurge, às vezes apenas com uma roupagem de nova". "Vejo com tristeza", afirmou.

No dia seguinte ao arquivamento, congressistas em ambas as Casas iniciaram movimentos simultâneos de enfrentamento ao Supremo. En-

tre eles, passou-se a tentar desarquivar a CPI do Judiciário.

A Casa, no mesmo dia, desengavetou uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que proíbe o aborto.

"O desarquivamento é para enfrentar, sim, o ativismo judicial do Supremo. É um posicionamento do Senado para que esta Casa cumpra seu papel constitucional", disse Major Olímpio.

"Esse é um tema polêmico. Não podemos esquecer que, se não avançarmos nessa pauta, o Supremo Tribunal Federal o fará", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Próximo ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), negou que a mobilização tenha representado um enfrentamento ao Judiciário.

"Nada a ver. A votação do desarquivamento da PEC é um instrumento democrático", desconversou.

O Planalto teme que o atrito entre Poderes se acirre e comprometa a aprovação de medidas prioritárias como a reforma da Previdência.

Onyx, ainda na terça, almoçou com o presidente do STF, Dias Toffoli, em compromisso inicialmente fora da agenda pública.

"Bolsonaro conversou com Toffoli e ficou muito satisfeito que esse diálogo estava aberto e a ideia que nós temos é de unir o Brasil", disse o chefe da Casa Civil.

Nesta quarta, o presidente do Supremo capitaneou um almoço entre ministros do tribunal em que possíveis investidas contra o Judiciário foram debatidas.

Segundo relatos de interlocutores, os magistrados procuraram demonstrar unidade. Houve unanimidade nas críticas à ideia de parlamentares da base do governo de revogar a PEC da Bengala que, em 2015, elevou de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria dos ministros do Supremo.

A manobra permitiria que Bolsonaro indicasse quatro ministros para a corte, em vez de dois.

Os presentes teriam criticado investigações desautorizadas sobre membros da corte. O caso mais recente envolveu o ministro Gilmar Mendes. No início da semana, vieram a público trechos de uma apuração interna da Receita Federal que mencionava supostos indícios de crime, o que teria extrapolado a alçada do órgão. Toffoli pediu providências à Receita e à Procuradoria-Geral da República.

**CONTINUA**

14 FEV 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Alguns ministros do STF se disseram surpresos com a reação de parlamentares da bancada evangélica contra o julgamento de dois processos, iniciado nesta quarta, que discutem se houve omissão do Congresso ao deixar de legislar sobre a criminalização da homofobia.

Na terça (12), 22 parlamentares contrários ao julgamento tiveram audiência com Toffoli. Um deles, o deputado João Campos (PRB-GO), afirmou que “a principal preocupação nossa é o ativismo judicial”.

“O Judiciário interferir nas atividades do Poder Legislativo é usurpação de competência”, disse.

Segundo Campos, membro da bancada evangélica, “a maioria das vezes que o Judiciário usurpa é em área nossa, do segmento religioso”.

Ao abrir a sessão na quarta, Toffoli enfatizou que os processos estavam na pauta desde dezembro, passando o recado de que seu julgamento não tem o objetivo de afrontar o Legislativo.

Ao manter o cronograma, a corte pretendeu demonstrar que prevalece a independência do Judiciário. O julgamento continuará na quinta-feira (14). Eventual pedido de vista pode adiar o debate.

Na Câmara, o deputado Filipe Barros (PSL-PR) foi aplaudido ao criticar o “ativismo judicial”. “Os ministros que quiserem legislar que tirem a toga, ganhem as eleições e venham aqui”, discursou.

Entre os que bateram palmas estava sua correligionária, Bia Kicis (DF), da base bolsonarista, que encabeça a iniciativa de tentar revogar a PEC da Bengala. **Ângela Boldrini, Daniel Carvalho, Reynaldo Turollo Jr. e Thais Bilenky**

14 FEV 2019

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

**BALANÇA** O STF (Supremo Tribunal Federal) começou a discutir a criminalização da homofobia sem consenso entre os magistrados — embora a tendência seja a de aprovar a ideia.

**DEIXA PRA LÁ** Um grupo de ministros, no entanto, prefere deixar o assunto para o Congresso resolver, evitando, assim, mais um mal-estar com parte dos parlamentares.

**TEMPO** É esperado que um dos ministros peça vista, ou seja, um prazo maior para analisar as propostas.

**PRIMEIRO VOTO** A expectativa é que o ministro Celso de Mello abra o painel votando a favor da criminalização. Por ser o decano e um dos mais respeitados magistrados do STF, a posição dele poderia inibir movimentos para protelar a decisão sobre o assunto, esperam os defensores da ideia.

**PERGUNTA** A votação da criminalização da homofobia no Supremo impulsionou a procura por explicações sobre o assunto.

**RESPOSTA** O Brasil foi o país com maior interesse de buscas no Google sobre homofobia e transfobia na terça (12) e na quarta (13). As pesquisas saltaram 153% no país no período. “O que é homofobia?” e “O que é ser homofóbico?” foram as principais perguntas feitas no buscador.

**BLOQUEIO** O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que salários podem ser penhorados para o pagamento de honorários advocatícios — que foram reconhecidos como recursos de natureza alimentar.

**BLOQUEIO 2** Salários são considerados impenhoráveis, mas a lei já abria exceções, como no caso de bloqueio para o pagamento de pensão a ex-cônjuges ou filhos. O STJ começa agora a definir em que outros casos isso será permitido.

## PAINEL

**PEGA A SENHA** Deputados e integrantes do Judiciário lembram que o badalado pacote anticrime do ministro Sergio Moro (Justiça) pode acabar ficando para trás na fila de projetos que tratam de mudanças na lei para fortalecer o combate ao crime.

**TEM LASTRO** Esse grupo lembra que a proposta de Alexandre de Moraes, do STF, por exemplo, chegou ao Congresso em maio de 2018.

**TEM LASTRO 2** Entusiastas da prioridade do ministro lembram que pesquisa recente da AMB mostrou amplo apoio a uma das sugestões de Moraes: a criação de colegiados para o julgamento de casos graves, como os vinculados a membros do crime organizado.

## PAINEL DO LEITOR

### Supremo

A maior medida ética de um tribunal é decidir exatamente dentro do que a lei dispõe. A interpretação da lei deve ser gramatical, literal. Quando houver necessidade de modificações na lei, deve caber ao Legislativo assim proceder. Basta isso para um tribunal ser absolutamente ético e garantir a segurança jurídica. Não devem existir entendimentos, deve sim imperar o escrito na lei (“Pacto de ética judicial no STF”, Ilustríssima, 10/2).  
Anderson Fazoli (São Paulo, SP)

14 FEV 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Juiz manda Previdência explicar por que não paga bônus de 25% a doentes

Clayton Castelani

SÃO PAULO O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) terá 72 horas para explicar por qual razão não está concedendo diretamente nos postos da Previdência o adicional de 25% do salário para todos os aposentados que comprovam a necessidade de assistência permanente de terceiros.

A determinação do juiz federal Ricardo de Castro Nascimento, da 8ª Vara Previdenciária de São Paulo, ocorreu na segunda-feira (11).

A decisão é em resposta a uma ação civil pública da Centrape (Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas). O prazo começará a ser contado a partir da publicação da decisão, que poderá ocorrer ainda nesta semana.

O pedido foi feito para contemplar associados da Centrape e também não associados.

Na ação, a Centrape pede o cumprimento imediato de uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que, em agosto do ano passado, reconheceu o direito de todos os aposentados ao bônus.

Atualmente, o INSS só aplica a majoração para aposentados por invalidez que precisem da ajuda permanente de terceiros.

Para a consultora jurídica da Centrape, a advogada Tônia Galleti, a intimação ao INSS indica que o juiz considera aceitar o pedido para que a decisão do STJ comece a ser cumprida nas agências da Previdência.

“Considero que essa decisão do juiz foi extremamente positiva”, disse Galleti.

Em janeiro deste ano, o STJ negou um embargo — pedido de esclarecimento — apresentado pela AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a decisão

que estendeu a bonificação para todos os aposentados.

A negativa foi uma derrota para o INSS, pois impediu a autarquia de paralisar julgamentos envolvendo o tema.

Uma das possibilidades para o governo federal evitar o cumprimento da decisão do STJ é tentar levar o caso para o STF (Supremo Tribunal Federal).

Porém, as condições para essa estratégia não são favoráveis aos integrantes da AGU, pois só cabe ao Supremo julgar regras constitucionais. Em 2011, a corte recusou um recurso sobre o adicional justamente por não considerar a matéria constitucional.

Caso o processo não avance para o Supremo, a palavra final será a do STJ.

A AGU informou não ter sido comunicada da decisão e, por isso, não comentará.

14 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Filho de Cuoco e neto de ex-presidente militar são denunciados por corrupção

## MPF acusa 17 por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa por negócios com BRB

Fábio Fabrini

BRASÍLIA O MPF (Ministério Público Federal) denunciou, nesta terça-feira (12), 17 pessoas por corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e gestão temerária em negócios feitos com o BRB, banco estatal de Brasília.

Na ação, enviada à Justiça Federal, procuradores da força-tarefa Greenfield pedem a condenação de ex-dirigentes da instituição financeira e de empresários.

Entre os acusados estão Diogo Cuoco, filho do ator Francisco Cuoco, e de Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho, neto do general João Baptista Figueiredo, último presidente da ditadura militar no Brasil.

De acordo com a peça de acusação, os diretores do BRB receberam propinas para liberar recursos próprios, de fundos de pensão de estatais e de regimes próprios de previdência para ao menos dois fundos de investimento em participações.

Esses fundos foram constituídos para bancar a construção do antigo Trump Hotel, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, empreendimento a cargo de Figueiredo Filho; e do edifício Praça Capital, em Brasília, tocado pela Odebrecht Realizações.

A Figueiredo Filho, o MPF imputa os crimes de corrupção ativa, organização criminosa, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e desvio de recursos de instituição financeira.

Ele foi alvo de mandado de prisão em janeiro, na Operação Circus Máximus, mas seu paradeiro é desconhecido.

Segundo a denúncia, Diogo Cuoco integrou a "organização criminosa" e ajudou a lavar recursos usados no esquema de corrupção ao, supostamente, emitir notas frias de uma empresa, a Globomix, para justificar a geração de dinheiro em espécie para os subornos.

Os comprovantes eram de fornecimento de concreto ao Trump Hotel.

Diogo chegou a ser preso na Circus Máximus, mas foi solto por ordem do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). O advogado dele, Fernando Fernandes, sustenta que o empresário prestou serviços e recebeu regularmente por eles.

Também foi denunciada Adriana Cuoco, casada com um irmão de Diogo, por lavagem de dinheiro. A defesa dela não foi localizada.

Segundo a denúncia, os prejuízos causados pelo suposto esquema foram de R\$ 348 milhões ao banco BRB; participantes de fundos de pensão e regimes de previdência, entre outros.

Os pagamentos de propina, segundo a força-tarefa, contavam com um complexo sistema de doleiros e entregadores de dinheiro, que possuíam sua base de operações no Uruguai.

A investigação foi feita com base em delações premiadas de empresário ligado ao Trump Hotel e de executivos da Odebrecht.

Os procuradores pedem, além da condenação dos envolvidos, o confisco de valores, bem como uma indenização correspondente ao triplo das quantias desviadas por cada um, "a fim de satisfazer os danos materiais, morais e sociais causados".

"A despeito da esperada gestão profissional inerente à administração de uma instituição pública, as investigações demonstraram um clima informal, típico de uma empresa familiar, no que se referia à diretoria do banco estatal", sustenta a Procuradoria.

A denúncia vai tramitar na 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília.

**CONTINUA**

**14 FEV 2019**

**FOLHA DE S. PAULO**

**CONTINUAÇÃO**

**R\$ 348 mi**

é a estimativa de prejuízo, segundo o MPF (Ministério Público Federal), causado ao banco BRB, participantes de fundos de pensão e regimes de previdência, entre outros; fundos foram constituídos para bancar obras de antigo Trump Hotel, no Rio, e o edifício Praça da Capital, em Brasília

14 FEV 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Técnico de esgrima é preso suspeito de abuso sexual

Estelita Hass Carazzai

**CURITIBA** Um treinador de esgrima foi preso temporariamente na segunda-feira (11) em Curitiba, sob suspeita de abusar sexualmente de uma aluna de 12 anos.

O professor, cujo nome não foi divulgado, integrava a equipe do Círculo Militar do Paraná. Alunos de esgrima do clube já foram convocados para a seleção brasileira.

A vítima era aluna bolsista do treinador e disse ter aulas individuais três vezes por semana. "Ele tentava ganhar a confiança da menina, sempre falando que ela era um talento, que precisava investir nesse talento", afirmou o delegado José Barreto, do Nucria (Núcleo de Proteção

à Criança e ao Adolescente).

Os abusos aconteciam durante os treinamentos, na hora do alongamento, segundo a vítima relatou à polícia. O professor alisava suas pernas e órgão genital, beijava seus seios e chegou a inserir o dedo na genitália da menina, de acordo com o relato.

Em depoimento, ele negou as suspeitas e disse que nunca nem sequer tocou na aluna.

Segundo o Círculo Militar, o professor foi dispensado na semana passada, por motivos financeiros. Ele dava aulas no local desde maio de 2016 e treinou cerca de 30 atletas, "sem nunca ter sido denunciado por qualquer ato ilícito ou comportamento profissional inadequado", informou o clube, que disse ter si-

do surpreendido pela prisão. As aulas de esgrima, segundo a instituição, eram coletivas.

Não há, por ora, notícias de outras vítimas do treinador. A Polícia Civil continua investigando o caso. Seu telefone celular e computador foram apreendidos e estão sendo verificados pela polícia, em busca de mensagens suspeitas ou materiais de pedofilia.

O Círculo Militar manifestou solidariedade à atleta e instaurou uma comissão de para apurar o caso e ouvir outros atletas que tiveram aulas com o professor. O treinador deve ser indiciado sob suspeita de estupro de vulnerável, cuja pena é de 8 a 15 anos de reclusão. Ele está detido temporariamente, por 30 dias. A investigação corre em sigilo.

14 FEV 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Advogada que caluniou juiz tem condenação confirmada pelo TJ-RS

Caluniar funcionário público em função de seu cargo, atribuindo-lhe delitos inexistentes, é crime tipificado no caput do artigo 138 do Código Penal, e deve ter pena aumentada por combinação com o artigo 141, inciso II, também do CP. Por isso, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou uma advogada que atentou contra a honra de um juiz, atribuindo-lhe diversas condutas criminosas no bojo de uma petição.

Assim como o juízo de origem, os desembargadores entenderam que não era cabível a suspensão condicional do processo, a ser proposta pelo Ministério Público, porque a ré já estava respondendo a cinco outros processos. Os crimes imputados: calúnia, difamação, ameaça, uso de documento falso, coação no curso do

processo, posse de arma de fogo e falsidade ideológica.

O relator da Apelação-Crime, desembargador Luiz Mello Guimarães, disse que os autos deixam claras a autoria e a materialidade delitiva do crime de calúnia, de modo que o caminho é a manutenção da sentença condenatória. O relator, corroborando o parecer do representante do MP no colegiado, também entendeu que a conduta da ré não se deu em decorrência de algum transtorno psíquico. Segundo ele, ela tinha o costume de fazer petições caluniando e difamando magistrados e promotores na Comarca de Guaporé.

### A denúncia do MP

De acordo com a denúncia, no dia 6 de outubro de 2014, a advogada Diana Alessandra Giaretta protocolou petição no cartório judicial

do Fórum da Comarca de Guaporé, na qual imputou vários fatos definidos como crime ao juiz Guilherme Freitas Amorim que, à época, jurisdicionava na 2ª Vara local. Ela estava inconformada e indignada com a atuação do juiz, acusando-o de perseguir-la e de levá-la a um aborto, já que diagnosticada com gravidez de risco.

Num dos trechos da petição, escreve: "(...) diga-se de passagem, com a decisão de Vossa Majestade de busca e apreensão na casa de minha mãe, ocorreu um aborto, que é crime (...). Tratando-se de crise depressiva aguda, a questão gira em torno dos aspectos emocionais e do que isso significa para a saúde de alguém, principalmente de um bebê que pela segunda vez pode ocasionar o aborto, engraçado se fosse uma pessoa da sociedade responderia por aborto".

14 FEV 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **STJ dispensa intimação de devedor de alimentos representado pela Defensoria.**

Por unanimidade, os ministros da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça entenderam que, na vigência do Código de Processo Civil de 1973, não há a obrigatoriedade de intimação pessoal do devedor de alimentos representado pela Defensoria Pública nas hipóteses de fixação ou majoração de alimentos.

No recurso especial, o recorrente alegou que deveria ter sido pessoalmente intimado da sentença proferida em ação revisional de alimentos, a qual majorou o valor de 25% para 50% do salário mínimo. Para o devedor, não seria suficiente a intimação feita por meio da Defensoria, que o representava judicialmente.

14 FEV 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Collor é ouvido no STF em processo da Lava Jato e não dá declarações**

Durou mais de uma hora o interrogatório do ex-presidente da República e senador Fernando Collor (Pros-AL) na manhã de ontem no Supremo Tribunal Federal (STF). Collor se tornou réu em 2017, quando a 2ª Turma da Corte aceitou denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e comando de organização criminosa na Operação Lava Jato.

A audiência conduzida por um juiz designado pelo ministro Edson Fachin, relator do processo, ocorreu a portas fechadas. Ao final, Collor e a advogada criminalista Livia Novak deixaram o local por acesso privativo sem falar com a imprensa.

Segundo delatores ouvidos pelo Ministério Público, o senador recebeu mais de R\$ 20 milhões em propina para facilitar contratos da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Os supostos pagamentos reparados pelo doleiro Alberto Youssef, seu auxiliar, Rafael Ângulo e pelo dono da construtora UTC, Ricardo Pessoa, foram feitos entre 2010 e 2014.

### **FÁBIO CAMPANA Richa condenado**

O Tribunal de Justiça rejeitou os embargos apresentados pela defesa de Beto e Fernanda Richa no caso em que o casal é acusado de viajar à Paris utilizando verbas públicas. Cabe recurso. Tudo começou com uma ação popular que denunciou uma viagem oficial para Xangai feita por uma comitiva de Richa. No meio do caminho havia Paris e a comitiva ficou na cidade por um final de semana. Em agosto do ano passado, o TJ-PR confirmou a condenação do ex-governador e sua esposa no processo. Antes da decisão, o julgamento foi adiado por quatro vezes.

### **Antes tarde**

O ex-deputado estadual e apresentador de televisão Roberto Acioli foi condenado a cinco anos e seis meses de prisão em regime semiaberto pela morte do engraxate Paulo Cesar Heider, com um tiro na nuca, em 1999. A decisão foi tomada após julgamento no Tribunal do Júri.

14 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Ministros do STF discutem investidas contra Judiciário

Reynaldo Turollo Jr.

Folhapress

Brasília - Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) participaram de um almoço de confraternização nesta quarta-feira (13) no qual discutiram possíveis investidas contra o Judiciário, como a PEC da Bengala, que voltou a ser aventada na Câmara dos Deputados, e a divulgação de uma apuração da Receita sobre o ministro Gilmar Mendes.

O almoço foi marcado pelo presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, para celebrar o início do ano do Judiciário.

Segundo relatos de interlocutores, os magistrados demonstraram unidade em torno dos temas, considerados de interesse institucional, e observaram que as divergências existentes entre si se limitam ao campo do debate jurídico.

Conforme os relatos, houve unanimidade nas críticas à ideia de parlamentares da base do governo de revogar a PEC da Bengala que, em 2015, elevou de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria dos ministros do Supremo.

A manobra permitiria que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) indicasse quatro ministros para a corte, em vez de dois. Se a idade de aposentadoria baixar, deixarão o Supremo antes do fim do mandato de Bolsonaro os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Pelas regras atuais, só os dois primeiros devem se aposentar, em 2020 e 2021.

Os presentes ao almoço teriam criticado investigações desautorizadas sobre membros da corte. O caso mais recente envolveu o ministro Gilmar Mendes. No início da semana, vieram a público trechos de uma apuração interna da Receita que mencionava supostos indícios de crime, o que teria extrapolado a alçada do órgão.

14 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça marca segunda fase de depoimentos da Operação ZR3

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, marcou para o dia 19 de março, às 13h30, a audiência para ouvir as 79 testemunhas indicadas pelas defesas dos 13 réus da Operação ZR3. O grupo é investigado por supostos crimes de organização criminosa e corrupção em tratativas para alteração de projeto de lei para mudança de zoneamento urbano que passavam pela Câmara Municipal de Londrina.

A próxima fase será o interrogatório dos réus, entre eles estão os vereadores afastados Rony Alves (PTB) e Mario Takahashi (PV); o ex-diretor de loteamentos da Secretaria Municipal de Obras, Ossamu Kaminagakura; e os conselheiros do CMC (Conselho Municipal da Cidade): Ignez Dequech, Luiz Guilherme Alho e Cleuber Brito; além de empresários supostamente beneficiados.

As 13 testemunhas listadas pelo MP (Ministério Público) foram ouvidas em outubro do ano passado, incluindo o agricultor Junior Zampar, testemunha-chave que gravou conversas com os agentes públicos e confirmou a denúncia ao magistrado.

Segundo o promotor do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), a denúncia não está embasada apenas nos depoimentos das testemunhas. “É bom lembrar que a operação ZR3 não se baseia apenas em testemunhos. Nós temos provas produzidas durante as interceptações telefônicas, apreensões de documentos importantes, análises de aparelhos celulares. Um conjunto probatório que pode indicar se é caso de condenação. Não é testemunho isolado”.

O vereador Rony Alves chegou a ser preso no final do ano passado por ameaça a testemunha e solto no dia 4 de janeiro. Tanto Alves quanto Takahashi permanecem afastados da Câmara por ordem da Justiça para não interferir neste processo criminal. O Gaeco pediu a prorrogação da medida cautelar de afastamento de 180 dias, mas a Justiça concedeu apenas 45 dias. “É fundamental para que a prova seja conduzida sem nenhuma interferência em relação aos acusados”, disse Antunes.

# FOLHA DE LONDRINA

## STF julga criminalização da homofobia

Reynaldo Túrollo Jr.

Folhapress

# 14 FEV 2019

Brasília - Sob pressão de parlamentares, o STF (Supremo Tribunal Federal) começou a julgar nesta quarta-feira (13) dois processos que discutem se o Congresso Nacional tem sido omisso ao deixar de legislar sobre a criminalização da homofobia e da transfobia. O julgamento será retomado na sessão desta quinta (14) para os votos dos relatores, os ministros Celso de Mello e Edson Fachin.

Na primeira parte do julgamento, foram ouvidos os autores dos processos, a PGR (Procuradoria-Geral da República), a AGU (Advocacia-Geral da União), o Senado e grupos favoráveis e contrários à criminalização da homofobia.

Na noite desta terça (12), 22 parlamentares da bancada evangélica tiveram audiência com o presidente do STF, Dias Toffoli, em seu gabinete. Ao abrir a sessão nesta quarta, Toffoli enfatizou que os processos já estavam na pauta do plenário desde dezembro. A observação soou como um esclarecimento de que o tema não foi pautado de última hora com objetivo de afrontar o Legislativo.

A manutenção do julgamento na pauta foi vista na corte como demonstração da independência entre os Poderes. Um eventual pedido de vista de algum dos magistrados, porém, pode levar ao adiamento do debate.

Os dois processos foram ajuizados em 2012 e 2013 pelo PPS e pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais). O objetivo deles é que o Supremo reconheça a obrigatoriedade constitucional de tornar crime a discriminação contra pessoas da comunidade LGBT.

Se forem reconhecidas a lacuna legislativa e a suposta omissão do Congresso, os processos pedem para o STF fixar um prazo para o Congresso legislar e para o STF criar um entendimento temporário de que a homofobia é análoga ao crime de racismo.

Quanto a esse pleito, os ministros poderão determinar que quem discriminar, ofender ou agredir alguém por causa de sua orientação sexual ficará sujeito às mesmas penalidades previstas na lei que define os crimes de racismo.

O advogado Paulo Iotti, representante do PPS e da ABGLT, sustentou que a Constituição exige a criminalização da homofobia do mesmo modo como exige a do racismo e da violência doméstica. "Não se pode hierarquizar opressões", afirmou.

Em seguida, os representantes da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida, contrária aos pedidos formulados ao STF, defenderam a liberdade de expressão, de pensamento, de crença e de consciência - que, para eles, estaria em risco com a criminalização da homofobia.

14 FEV 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### **LUIZ GERALDO MAZZA**

#### **Não tem volta**

Desde o mensalão, e depois mais tarde com a Lava Jato, instaurou-se no país um ciclo punitivo e há necessidade de recuperar o equilíbrio de certa forma perdido pela circunstância da prática da impunidade como método e que produzia natural reação. A classe política se declarou, em maioria, criminalizada e reagiu transformando um projeto legislativo que visava dar mais força a promotores e policiais num de combate a abuso de autoridade. Nessa linha, ainda que meio claudicante, pintou no Senado a proposta, que acabou afinal sem o número mínimo de assinaturas, da CPI do “Lava Toga”, que pretendia coibir a politização no Judiciário e o reverso da judicialização da política.

A massa de informações sobre o nível de corrupção do Estado brasileiro nas relações com clientelas empresariais habituou a população à ânsia de saber tudo e entender por que a nata de empreiteiros acabou na cadeia, onde estão figuras políticas como o ex-presidente Lula, ex-governadores como Sergio Cabral e Pezão, do Rio de Janeiro, o ex-chefe da Câmara Federal, Eduardo Cunha.

Se houve bom senso do próprio Senado no recuo da “Lava Toga”, isso não significa que o Poder Judiciário não possa ser alvo de investigação, até porque pintaram acusações de percepção de propinas por seus integrantes. O ideal - e para tanto se criou a estrutura do Conselho Nacional de Justiça - é que os próprios poderes façam tais apurações, o que não elide a legitimidade das investigações. Ocorre que na onda punitiva tivemos o abuso de vazamentos, uma deformidade que precisava ser evitada na garantia do rigor jurídico, como se deu agora em relação ao ministro Gilmar Mendes e esposa em procedimentos da Receita Federal.

Não há perspectiva de retorno, porém, à acomodação anterior e estão aí para prová-lo o caso da movimentação atípica no Coaf do assessor de Flavio Bolsonaro e agora do episódio das laranjas que chega em dois ministros, Marcelo Alves Antônio e Gustavo Bebiano.

No Paraná, seria inconcebível a prisão do ex-governador e da primeira dama e isso aconteceu. O processo pode ganhar tonalidade mais equilibrada, sem exageros, mas não tem volta.

14 FEV 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

## METRO

### Ex-deputado Roberto Aciolli é condenado

O ex-deputado estadual e apresentador de televisão Roberto Aciolli foi condenado a cinco anos e seis meses de prisão em regime semiaberto pela morte do engraxate Paulo Cesar Heider, com um tiro na nuca, em 1999. A decisão foi tomada após julgamento no Tribunal do Júri, em Curitiba, nesta terça-feira (12). Após nove horas, o conselho de sentença decidiu que Aciolli é culpado, mas considerou que foi um homicídio privilegiado, em que Aciolli agiu sob violenta emoção.

O ex-deputado confessou à polícia ter matado Heider, na época com 23 anos, com um tiro na cabeça, depois de descobrir que o jovem teria participado do roubo de uma loja de celulares – que pertencia à mulher de Aciolli.

Heider tinha diversas passagens pela polícia. A defesa do ex-deputado alegava que o tiro não foi intencional e pedia a absolvição, porém, ao final do júri, o advogado Nilton Ribeiro saiu satisfeito e considerou o resultado uma vitória. ●

### Ex-deputado é condenado por homicídio

O ex-deputado estadual Roberto Aciolli foi condenado na terça-feira, no Tribunal do Júri de Curitiba, a 5 anos e 6 meses de prisão em regime semiaberto por um homicídio cometido em 1999. O ex-parlamentar confessou ter matado o engraxate Paulo César Heider, suspeito de ter roubado uma loja de celulares que pertencia à mulher dele. Na época, Aciolli disse que o suspeito tentou atirar contra ele. Como o crime está prescrito, o ex-deputado não cumprirá a pena. Aciolli, que é apresentador de programas policiais, foi eleito vereador em Curitiba em 2008 e deputado estadual em 2010. ● METRO CURITIBA

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Condenado, mas sem ir para a prisão

Após quase 20 anos do crime, o ex-deputado e apresentador de TV Roberto Aciolli foi condenado a cinco anos e seis meses de prisão pela morte de Paulo Cesar Heider, de 23 anos. O julgamento, que começou por volta das 13h30 de terça-feira, acabou só perto das 23h e o júri popular optou pela sentença de que Aciolli é culpado, mas agiu por violenta emoção, o que automaticamente descaracterizou as qualificadoras do crime. O crime aconteceu em 1999. Na época, o ex-deputado

confessou à polícia ter atirado contra a nuca de Paulo – que seria um assaltante – durante uma discussão. A vítima não morreu na hora e só foi socorrido porque o próprio Aciolli teria chamado o resgate. Na época o ex-deputado alegou que a vítima, que tinha passagens pela polícia, era a mesma pessoa que teria assaltado várias vezes sua loja de celulares. Em uma das ocasiões, além de levar produtos da loja, o rapaz também teria defecado no estabelecimento e escrito 'otário' na parede do local.

A defesa buscava a absolvição, dizendo que o tiro não foi intencional. No entanto os jurados decidiram que não se tratou de um homicídio qualificado, mas sim privilegiado, ou seja, ele foi tomado por forte emoção por ter sido provocado. Condenado a cinco anos e seis meses de prisão, a avaliação, tanto da defesa como também do Ministério Público do Paraná (MP-PR), é a de que Aciolli não ficará preso. Isso porque, neste caso, a pena prescreveu. (Lucas Sarzi)

14 FEV 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça determina interdição do CT Ninho do Urubu



Nesta quarta-feira (12), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro determinou a suspensão das atividades no CT Ninho do Urubu, do Flamengo. A ação proíbe a entrada, permanência ou participação de qualquer criança ou adolescente no local até o julgamento.

A decisão foi tomada pelo juiz Pedro Henrique Alves, da 1ª Vara da Infância da Juventude e do Idoso. Ao clube carioca, ainda cabe recurso em segunda instância. Em caso de descumprimento, o Flamengo será multado em R\$ 10 milhões, além de mais R\$ 1 milhão ao presidente Rodolfo Landim.

Na última sexta-feira, o alojamento das divisões de base do Fla foi atingido por um incêndio, que resultou em 10 atletas mortos, e outros três feridos, sendo que um deles, Cauan Emanuel recebeu alta na segunda-feira. ●

## TRIBUNA DO PARANÁ

### MP QUER PRISÃO

O médico Raphael Suss Marques está novamente na berlinda. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) reforçou, na terça-feira (12), o pedido de prisão preventiva contra ele, que é acusado de matar a namorada, a fisiculturista Renata Muggiati. Segundo o MP-PR, caso a Justiça negue este pedido de prisão, a decisão "fomentará o descrédito na Justiça e violência contra as mulheres". O que fez o MP-PR apelar a Justiça pela prisão de Raphael foi o fato de que, em 23 de janeiro deste ano, o rapaz desobedeceu a uma das proibições que lhe foram impostas, a de frequentar bares e similares. Raphael foi flagrado num torneio de pôquer, em Curitiba, no mesmo dia em que apresentou uma justificativa, vista como falsa, para faltar em uma audiência do processo. (Lucas Sarzi)

14 FEV 2019

# METRO

## Moro torna mais rígidas as regras de visitas

Os detentos dos cinco presídios federais do país terão contato com parentes e amigos durante as visitas somente por videoconferência ou parlatório – quando a conversa é feita por interfone e há uma separação por um vidro. O encontro será supervisionado.

A portaria assinada ontem pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, torna mais rígidas as regras para os presos considerados mais perigosos, mas garante o direito às visitas “destinadas exclusivamente à manutenção dos laços familiares e sociais”.

As visitas no pátio, hoje comuns, passam a ser exceção e serão concedidas aos apenados que tiverem bom comportamento durante o ano.

A medida também torna-se um benefício para aqueles presidiários que assinaram acordo de delação premiada. **METRO BRASÍLIA**

### Novas regras

#### O que diz a portaria:

- **Visita social.** Só poderá ser feita por cônjuge, companheira, parentes e amigos por meio parlatório ou por videoconferência.
- **Visita no pátio.** Somente para presos que fizeram acordo de delação.
- **Visita íntima.** É proibida, por tempo indeterminado, para chefes, líderes e integrantes de facções.

14 FEV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

## Raquel quer repassar R\$ 191 mi de delatores para o MEC

PGR envia ao Supremo petições para destinar recursos de multas de colaboradores da Lava Jato para educação básica

A procuradora-geral, Raquel Dodge, enviou ao Supremo Tribunal Federal uma série de petições em que requer a destinação de recursos de multas previstas em 31 acordos de delação premiada referentes à Operação Lava Jato a programas de educação básica do Ministério da Educação. Se a medida for autorizada pela Corte, serão revertidos mais de R\$ 191 milhões que, segundo a Procuradoria, “poderão ser utilizados na melhoria de todo o processo educacional, na aquisição de veículos para o transporte escolar na zona rural e de mobília e equipamentos de informática”.

Na sexta-feira, a procuradora-geral já havia solicitado que multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial fosse destinada integralmente ao MEC.

As novas petições da PGR foram endereçadas ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo.

Os acordos, homologados pela Justiça, foram celebrados entre o Ministério Público Federal e ex-executivos de empreiteiras envolvidas em desvios de recursos públicos da Petrobrás, investigados na Lava Jato. Por força de cláusulas de confidencialidade, os nomes dos colaboradores permanecem em sigilo.

Em alguns casos, o montante a ser pago por somente uma pessoa auttrapas- sa R\$

78 milhões.

Raquel afirma “não haver impedimento legal para a destinação do dinheiro de multa ou perdimento de bens a programas do MEC”. Para a procuradora-geral, a medida é importante “em ra-

**Medida.** Raquel diz 'não haver impedimento'

ção do interesse público em formar cidadãos numa sociedade que valorize a honestidade e seja mais justa e solidária, repudiando toda forma de corrupção”.

**Tratativas.** A opção pela educação básica resultou de tratativas estabelecidas com o MEC, feita pela própria PGR, que solicitou informações sobre como efetivar esse tipo de transferência, “com observância de regras orçamentárias e de auditoria pública”.

Em resposta, o ministério sugeriu a alocação nas ações orçamentárias ligadas ao Fundo Nacional da Educação Básica (FNDE).

# O ESTADO DE S. PAULO

## Brumadinho: MP fará denúncia por homicídio

14 FEV 2019

Leonardo Augusto  
ESPECIAL PARA O ESTADO  
BELO HORIZONTE

As investigações sobre o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) avançam para que seja apresentada denúncia por homicídio. “Para mim, está muito claro”, afirma o promotor André Sperling, que responde pela Coordenação de Inclusão e Mobilização Social (Cimos) do Ministério Público de Minas Gerais e participa da força-tarefa que apura o rompimento da estrutura. Segundo o último relatório do Corpo de Bombeiros, há 166 pessoas mortas e 155 desaparecidas.

O promotor observa que a parte criminal das investigações está a cargo da promotoria em Brumadinho, que dará o teor final da denúncia – por crime doloso (intencional) ou culposo. “O que se sabe é que havia risco acima do padrão aceitável (para o rompimento da barragem). Não era algo público. O melhor caminho talvez fosse a evacuação. Há indícios claros de que a Vale sabia que os riscos estavam aumentando”, afirmou o promotor. “Ainda não há quem são exatamente os responsáveis. É complexa a investigação”, ponderou.

A imputação de homicídio doloso, em que se assume o risco de matar, caberá na hipótese de ficar comprovado que funcionários da empresa tinham total conhecimento de que a represa poderia ruir, e nada fizeram para retirar as pessoas da área que acabou sendo inundada pela lama. Caso contrário, haverá acusação de homicídio culposo.

**Negociações.** O Ministério Público, Defensorias, a Advocacia-Geral do Estado, representantes dos atingidos, movimentos sociais e a Vale têm nova audiência hoje, na busca de um termo para ações emergenciais em Brumadinho. Em audiência na semana passada, a empresa se recusou a assinar um acordo.

## COLUNA DO ESTADÃO

● **Tente outra vez.** Alessandro Vieira, autor da CPI da Lava Toga, não desistiu do seu projeto. Caso o presidente Davi Alcolumbre não banque sua empreitada, ele não descarta apresentar outro pedido, com mais justificativas, mas também todo o Judiciário.

## SÔNIA RACY

### Sofia, a escolha

O desembargador **João Simões**, do TJ-AM, terá que prestar esclarecimentos ao presidente do tribunal, **Yedo de Oliveira**, por ter participado de julgamento onde advogaram dois sobrinhos seus – ato claramente proibido por lei.

14 FEV 2019

# BEMPARANÁ

## Fraude

A ex-prefeita de Virmond (Centro-Sul) Lenita Mierzva (PR), e mais quatro réus foram condenados por improbidade administrativa, sob acusação de fraude em uma licitação para a compra de uma retroescavadeira. De acordo com a investigação do Ministério Público, a licitação teria sido direcionada para favorecimento de uma empresa, que, além disso, vendeu a máquina com preço superfaturado. Também faltou coleta prévia de orçamentos e houve ilegalidade na publicação do edital de licitação, que não respeitou os prazos legais, dificultando a competitividade do processo, diz a promotoria.

## Pena

Pelas irregularidades, a ex-prefeita e os outros réus (a empresa e três membros da equipe de apoio ao pregão presencial que resultou na compra da retroescavadeira) foram condenados à suspensão dos direitos políticos (por sete anos para a ex-prefeita e cinco para os demais réus), perda de cargo público que eventualmente ocupem, proibição de contratar com o poder público por cinco anos e pagamento (solidariamente) de multa civil de R\$ 31.920. Cabe recurso da decisão.

## Deputada quer revogar 'PEC da Bengala'

A deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) está coletando assinaturas para revogar a 'PEC da Bengala', proposta de emenda à Constituição que elevou de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória de magistrados, em 2015. Um efeito prático da revogação da medida seria ampliar de dois para quatro o número de integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) que deixariam a Corte durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro.

Além de Celso de Mello e Marco Aurélio Mello, que vão completar, respectivamente, 75 anos em novembro de 2020 e julho de 2021, se aposentariam também os ministros Ricardo Lewandowski e Rosa Weber.

Questionada se não seria um favorecimento à atual gestão, a deputada Bia Kicis respondeu que não houve nenhuma ingerência no Executivo e nem conversas com o presidente sobre o assunto. "É uma iniciativa minha", disse ela, que já foi procuradora no Distrito Federal.

## #EMBAIXA

O Ministério Público do Paraná reforçou o pedido de prisão preventiva contra o médico **RAPHAEL SUSS MARQUES**, acusado de matar a namorada, a fisiculturista Renata Mugiati. O médico é réu no processo e está em liberdade desde agosto de 2017, com monitoramento de tornozeleira eletrônica, mas desobedeceu a uma proibição da Justiça.